



3.4

## **ATA NÚMERO QUINZE**

### **ATA DA 9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA, REALIZADA NO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2021** -----

----- Ao vigésimo segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal da Maia na sua 9.ª Sessão Extraordinária que se realizou em modelo misto - presencial e por videoconferência em plataforma zoom, nos termos do disposto na Lei que prevê as medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença Covid-19, concretamente conforme o previsto no artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, com as sucessivas alterações, conforme edital de treze de dezembro de dois mil e vinte e um, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

#### **1. Período da Ordem do dia: -----**

**1.1 Aprovação das Grandes Opções do Plano – Orçamento e Documentos Previsionais do Município para o ano financeiro de 2022 (alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----**

**1.2 Autorização Prévia da Assembleia Municipal e Delegação de Competências no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – GOP e Orçamento Municipal para 2022 (alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e n.º 1 e 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho). ----**

**1.3 Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades Mais Relevantes para o quinquenal 2022-2026 e Orçamento Ordinário para o ano de 2022 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia (número 3 do artigo 16.º da Lei n.º 50/12, de 31 de agosto). -----**

**1.4 Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia – Aprovação do mapa de pessoal para o ano de 2022, custo máximo com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalhos previstos e não ocupados no mapa de**



peçoal e aprovação de necessidades de novos postos de trabalho – mapa anual global - (alínea o) do n.º 1, artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).

1.5 Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2022 e Plano para o Triénio 2023-2025 da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia (alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto). -----

1.6 Instrumentos de Gestão Previsional 2022 da Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M. (alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto). -----

1.7 Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. S.A. – Plano de Atividades e Orçamento ano de 2022 (alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto). -----

1.8 Fundação do Conservatório de Música da Maia – Plano de Atividades e Orçamento para 2022 (alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto). -

1.9 Reajustamento do apuramento da dívida bruta efetuada no Relatório e Contas Individuais de 2020 apresentado em junho de 2020, relativo às entidades: Lipor, Fundação do Desporto, Fundação da Juventude, Fundação de Serralves, APCT – Associação Parque Ciência e Tecnologia, Associação do Eixo Atlântico e Litoral Rural. -

1.10 Processo de desafetação em nome de Moldecarplast – Indústria de Plásticos e Ferramentas, Lda.-----

1.11 Aprovação do relatório de ponderação do período de participação pública da proposta de delimitação da área de reabilitação urbana de Ardegães e respetiva estratégia de reabilitação urbana (ORU). -----

1.12 Postura de trânsito no troço sem saída da Rua Dom Nuno Álvares Pereira, na freguesia da Cidade da Maia. -----

1.13 Relatório trimestral de execução orçamental relativo ao 2.º trimestre de 2021 – Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M. – registo n.º44 974/21. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES, deu início aos trabalhos com uma saudação a todos os





presentes. De seguida, deu nota dos seguintes pedidos de substituição: o Senhor Deputado José Paulo Rodrigues Cerqueira foi substituído pelo Senhor Deputado Hugo Alves Gonçalves, o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia do Castelo da Maia, Manuel Moreira Azenha foi substituído pelo membro do Executivo da Junta, Eugénio José Vieira Teixeira, o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira e Silva Escura, Ilídio Silva Carneiro, foi substituído pelo Secretário do Executivo, Luís Miguel Ascensão Teixeira, o Senhor Deputado Manuel Joaquim Meireles foi substituído pelo Senhor Deputado Gabriel José da Silva Almeida. Os documentos que comprovam estas substituições fazem parte integrante desta ata como documentos identificados com os números **um a quatro**. -----

Estiveram ausentes os Senhores Deputados Rui Leandro Alves da Costa Maia e o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Folgosa Vitor Manuel de Sousa Ramalho. -----

----- De seguida, entrou-se no **Período da Ordem do Dia**: -----

**1. Período da Ordem do dia**: -----

**1.1 Aprovação das Grandes Opções do Plano – Orçamento e Documentos Previsionais do Município para o ano financeiro de 2022 (alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).** -----

----- Inscreveram-se os Senhores Deputados: -----

**PAULA ALEXANDRA PINHO DA COSTA** após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **cinco** -----

**CARLA SUSANA FERNANDES RIBEIRO** após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **seis** -----

**ALBERTO CARLOS PIRES DOS REIS E SANTOS** após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **sete** -----

**JORGE EMANUEL OLIVEIRA DA LUZ RIBEIRO DOS SANTOS** após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **oito** -----



*[Handwritten signatures in blue ink]*

**CAROLINA ALMENDRA ARAÚJO ALVES DE CARVALHO** após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **nove** -----

**EDGAR PINHEIRO DE CASTRO ROCHA** após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **dez** -----

**CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA** após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **onze** -----

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO**, depois de cumprimentar todos os presentes, referiu que este orçamento era o maior orçamento da história do Município da Maia, quer no que diz respeito à Câmara Municipal, quer ao universo das empresas municipais e dos SMAS. Deu nota que atinge o valor na ordem dos 150 milhões de euros, e, que na área Metropolitana do Porto, é o terceiro maior orçamento, estando à frente o Município do Porto e o Município de Gaia, o que demonstrava, de alguma forma a pujança, a capacidade de realizar receita e, por conseguinte, de empreender e realizar a despesa correspondente. Dirigindo-se à Senhora Deputada Paula Costa do PAN, disse ter ficado feliz pela sua postura dialogante e construtiva, achando-a interessante e assertiva; relativamente à postura da Câmara na defesa da causa animal, referiu que a Câmara estava a construir quatro parques caninos no concelho, um em Pedrouços pronto a inaugurar, um na cidade da Maia, um em Moreira, em Santa Luzia, e informou que o quarto já estava adjudicado. Mais referiu que em Vila Nova da Telha, foi inaugurado um parque canino no início do ano. Deu ainda nota que o Parque de Matilhas estava pronto, só faltava fazer a ligação da energia elétrica e da água, algo que iria acontecer nos próximos dias e, estava pronto a funcionar. Disse ainda estar a Câmara a ultimar o projeto do *CEBEA*, do Centro de excelência e bem-estar animal, mas que gostaria de o fazer com a ajuda do Governo e do PAN, na Assembleia da República. Deu nota não bastar só fazer leis ou propor leis à geringonça, pois isso era fácil, o que era preciso, era que quem propõe as leis, depois criasse condições financeiras para, ou o Governo as fazer cumprir, essas leis que a Assembleia da República e o Governo negociam, ou então criar condições para que os





Municípios o façam. Lançou o repto, para junto do partido da Senhora Deputada, que, para além de sugerir leis, também promova o financiamento da aplicação dessas leis, para que se possa realizar, por exemplo, o CEBEA, que como tinha dito, quiseram fazê-lo no mandato anterior, mas para isso era preciso ter condições, não era só dizê-lo. Referiu ainda que em relação às questões do apoio às Associações do bem-estar animal, o que o Município faz é o que pedem, as associações que fazem um trabalho inexcelente, um trabalho muito interessante, em parceria com a Câmara e aquilo que o Município faculta em termos económicos, é o que se negocia com elas. Dirigindo-se à Senhora Deputada Carla Ribeiro, falou nos rascunhos, que são um *draft* do que foi possível. Continuou dizendo que as eleições foram em finais de setembro, tomaram posse no dia 14 de outubro, e durante esse tempo, tiveram que fazer um trabalho diário, de distribuição de pelouros, de delegações de competências e depois tiveram que fazer o plano e orçamento, para hoje o estarem ali a aprovar, podiam fazê-lo só em abril, que era o prazo limite, mas mesmo num ano de eleições autárquicas, estão a fazê-lo ainda este ano. Referiu ainda que o que a Senhora Deputada havia de fazer era felicitar e não criticar, por se ter feito o melhor. Relativamente aos Transportes, estão neste momento a negociar com transportadores privados do concelho, para criar uma rede em parceria com as juntas de freguesia, para potenciar os transportes, quer o comboio quer o Metro, a rede dos STCP, e conectá-las melhor, convidando as pessoas do concelho a utilizarem melhor o que já dispõem, pois muitas vezes não usam o que têm à disposição, criticam quando não há, mas quando há não usam. Mais referiu ser preciso informá-los melhor, criando condições para o fazer através de plataformas digitais, para levar a informação às pessoas, e criar condições para que essa rede existente possa funcionar melhor, aproveitar o que já existe e depois, como disse, estão em parceria com as juntas de freguesia a criar uma rede de pequenos autocarros, ou transportes o mais sustentáveis possíveis, tanto elétricos ou a hidrogénio, para as pessoas que precisam e mesmo as que não precisam, passarem a utilizar mais o transporte público. Acrescentou ainda que gostaria que a STCP pudesse ser o operador como é no Porto, e como está a acompanhar



Handwritten signatures in blue ink.

de perto, sabe que a STCP não tem essas condições, não tem capacidade para responder aos seis Municípios, tem que se dar tempo para que isso seja possível e, quando for possível, os acionistas da STCP, irão propor e decidir da melhor forma. Quanto à habitação referiu que estão a preparar para responder de uma forma muito assertiva àquilo que está contratualizado com o IRHU e vão lutar para que o seu programa, de 757 habitações, construídas ou executadas em 5 anos, possam acolher, se possível, na totalidade os 100%, que o IRHU e o Programa Primeiro Direito, que é entrar nas 26.000 habitações. Disse estarem a desenhar um modelo muito inteligente e muito objetivo, quer em termos de concretização e de uma forma muito acertada, um pouco em linha com aquilo que já fizeram no PER, em que se construíram cerca de 1340 fogos, distribuídos pelo concelho, com uma arquitetura excelente, com habitações de qualidade, distribuídas no território para que a integração social seja feita quase de uma forma natural, em que todos fazem parte dessa integração, e não gastar ou despejar dinheiro, no tempo e de uma forma quase que perene em ação social, que são modelos ultrapassados. Disse ter tido uma conferência na Alfândega, no Porto, aquando da Semana da Reabilitação, a convite da Organização, deu conta de como é abordada esta temática e foram reconhecidos como um Município que faz as coisas bem e de uma forma integrada, e trata os mais frágeis como os outros, referindo que qualquer um dos presentes poderia viver numa casa de habitação social, pois elas são excelentes. Disse ter entregue quatro habitações a quatro famílias, antes do Natal, que ficaram e ficam sempre agradadas, porque as casas são boas, têm todas as condições e, acabaram de fazer obras de reabilitação em todo o parque habitacional, as casas estão num excelente estado de conservação. Mais referiu que quanto aos valores das obras que estavam com valores indefinidos, estão à espera da transferência de saldo, que acontece normalmente em fevereiro, março, e quando a transferência de saldo acontecer, que é da ordem dos 40 milhões de euros, vão novamente votar esses investimentos de verba definida para as poderem concretizar. Depois agradeceu também as palavras do Senhor Deputado Alberto Santos, que falou sobre a saúde financeira e sobre as áreas de





Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'B. M. Af.'.

atividade do Município, num tom certo e de forma que achava correta. Dirigindo-se ao senhor deputado Jorge Santos, que tinha falado sobre as assimetrias e que depois colocou a questão dos transportes, da rede de mini BUS, das creches, lares, cuidadores informais, iriam começar, porque achava que os problemas deviam ser resolvidos na origem. A primeira coisa que qualquer um deve fazer, referiu, era resolver os problemas em casa e não os trazer para a rua ou para a casa dos outros. Assim como os animais. Pede-se sempre à entidade pública ou à cidade para resolver os problemas, quando a primeira coisa a fazer, era que as pessoas que querem ter um animal de estimação, se querem, devem cuidar dele e não o abandonar. Disse ainda terem o dever de educar as pessoas, pois o problema começava aí. As pessoas querem, mas depois não cumprem aquilo que querem. Deu nota que o Município não existia só a tapar buracos ou para resolver problemas. Referiu que génese é a falta de senso da pessoa, que quer ter um animal ou dois, deve cuidar deles e não, *"na primeira curva"*, abandoná-lo e deixa-lo à responsabilidade do Município. Sugeriu, que o PAN gastasse também as suas energias em educar o povo, não era mandar os outros fazerem um programa de educação. Disse ainda que cada um podia ser essa pessoa, ser fiscal, polícia e pedagogo, era o que ficava mais barato para todos. Mais disse que não concordava com a visão do Ambiente e do nível de emissões poluentes, e que não correspondia à verdade. Referiu que a Maia é um concelho excelente a esse nível, um concelho com uma pujança económica e conseguiam conciliar a pujança económica com a qualidade de vida. Em relação aos espaços verdes, informou que a Maia é o segundo concelho com mais área verde pública tratada. O primeiro era o Porto, o segundo a Maia, a verdade era que podia mostrar as centenas de milhares de metros quadrados, que o concelho tem de área verde tratada em todo o território. Continuou dizendo que o parque que o Senhor Deputado se tinha referido com algum desdém, tem 35 hectares e é o segundo maior parque da área metropolitana do Porto. Convinha tomar nota disso. O primeiro parque público com maior dimensão é o Parque da Cidade do Porto, o segundo é o da Maia. Cumprimentou de seguida e agradeceu à jovem Carolina, falou e muito bem do Orçamento Participativo



Jovem, que era a primeira vez que o estavam a fazer, para que os jovens participem ativamente nas políticas e na governança deste Município. As ideias deles são sempre motivadoras, e olham para elas de uma forma muito interessante e acolhedora, iriam continuar a estimular essa participação cívica e fazê-lo desde logo através da Juventude. Depois agradeceu também as palavras do Senhor deputado Cândido Graça, que fez um retrato muito global e acertado deste momento. E, continuou felicitando também o PS na pessoa do senhor deputado Edgar Rocha, por ter essa visão mais normal deste documento e, absterem-se, embora no orçamento do ano passado, a verba que estava para investimento na área social, era até um bocadinho superior, mas de qualquer modo, ainda bem que reconhecem o esforço do Município. -----

----- Colocada a votação a “Aprovação das Grandes Opções do Plano – Orçamento e Documentos Previsionais do Município para o ano financeiro de 2022 (alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)” foi **aprovada por maioria com vinte e cinco (25) votos a favor sendo; vinte e três (23) da Coligação Maia em Primeiro, um (1) da Iniciativa Liberal e um (1) do Chega; e três (3) votos contra sendo; dois (2) do BE e um (1) da CDU; e doze (12) abstenções, sendo onze (11) do Partido Socialista e uma (1) do PAN.** -----

----- O Senhor Deputado David Tavares não se encontrava na sala na altura na votação.

----- Fez uma **Declaração de Voto** o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas:” Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, estimados deputados municipais, estimados maiatos, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas, condição na qual estou aqui na Assembleia Municipal da Maia, condicionei obviamente o meu voto a esta proposta de Orçamento, por aquilo que são os planos da Câmara Municipal da Maia tem para a Águas Santas. Nota-se nesta proposta, que parte significativa do investimento previsto para Águas Santas, resulta da necessidade de cumprir projetos já iniciados, nomeadamente no que se refere aos projetos de rede circulável e modos suaves e às obras de requalificação do complexo de piscinas, ambos condicionados pelos *timings* dos financiamentos europeus e o





cumprimento do protocolo celebrado com a junta de freguesia, para com o alargamento do cemitério. Para além destas três realizações, verificam-se financiamentos cabimentados para obras de remodelação dos infantários e jardins de infância, e arranjos prementes em algumas ruas da freguesia. Relativamente a situações sinalizadas pela junta verifica-se a abertura de alguns projetos, no entanto, sem cabimentação orçamental para 2022. No que se refere a solicitações da junta de freguesia verifica-se, finalmente, enquanto presidente da junta, verifica-se alguma evolução do projeto de acessibilidade ao centro cívico, onde se prevê haver avanços ao longo de 2022, considerando o cabimento ao projeto, aguardamos ansiosos para esta realização como sabe, é um facto que sabemos reconhecer, se assim se efetivar. Destaco a obra de modernização e de reabilitação do complexo municipal de jogos de Águas Santas, que tem também uma cabimentação que permite dar início aos projetos daquele espaço, as gentes de Águas Santas, sobretudo, as famílias as quase duas centenas de retratos que contam o espaço anseiam há muito por estas necessárias obras apesar do cabimento para 2022 representar apenas 20% dessa realização. Esperamos que sejam dados passos definitivos para o avanço da remodelação do espaço. De uma forma geral, apesar de alguma evolução, considero o plano de atividades mais relevante e responde eficazmente às necessidades da freguesia; espero, contudo, que aquilo que se encontra previsto, avance. Senhor Presidente, para que perceba, o meu voto de abstenção deve ser entendido como um voto de confiança, mas também de algumas reticências. Deixe-me referir que a Freguesia de Águas Santas concentra cerca de 20% da população, o plano de atividades mais relevantes aqui votado, destina apenas 2,7%, do valor global, estou certo que este dado, deixa claro para que sirva também, como um alerta, que quando peço sobre um pouco mais de atenção para com a Águas Santas, não o faço de ânimo leve, são os seus documentos e os planos de atividades que espelham esta minha necessidade. Muito obrigado e Feliz Natal a todos". -----

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO**, pediu a palavra para dar uma pequena “achega” ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia



de Águas Santas, para este ficar tranquilo e explicar à Assembleia que há cerca de quinze dias, conseguiu negociar o primeiro e o mais importante terreno junto à Rua Afonso Henriques, para fazer a ligação do centro cívico e, comprar o terreno na totalidade, e com ele fazer a abertura. Só estão à espera de conseguir negociar com outro casal proprietário que em princípio irão também aceitar, mas se não aceitar, têm de expropriar. -----

**1.2 Autorização Prévia da Assembleia Municipal e Delegação de Competências no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – GOP e Orçamento Municipal para 2022 (alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e n.º 1 e 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/20212, de 21 de junho). ----**

---- Não se verificaram inscrições -----

----- Colocada a votação a “Autorização Prévia da Assembleia Municipal e Delegação de Competências no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – GOP e Orçamento Municipal para 2022 (alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e n.º 1 e 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/20212, de 21 de junho)”

foi aprovada por maioria com vinte e seis (26) votos a favor sendo; vinte e três (23) da Coligação Maia em Primeiro, um (1) da Iniciativa Liberal, um (1) do Chega e um (1) do PAN; quinze (15) abstenções, sendo doze (12) do Partido Socialista, dois (2) do BE e uma (1) da CDU -----

**1.3 Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades Mais Relevantes para o quinquenal 2022-2026 e Orçamento Ordinário para o ano de 2022 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia (número 3 do artigo 16.º da Lei n.º 50/12, de 31 de agosto). -----**

----- Inscreveram-se os Senhores Deputados: -----

**CARLA SUSANA FERNANDES RIBEIRO** após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **doze** -----

**JORGE EMANUEL OLIVEIRA DA LUZ RIBEIRO DOS SANTOS** após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **treze** -----





**CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA** após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **catorze** -----

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO**, esclareceu e para tranquilizar a assembleia, que as perdas há alguns anos eram substancialmente elevadas, na ordem dos 34%, e hoje já estão em 19%. A Câmara iniciou um trabalho de intervenção na rede com a telegestão e está a renovar e a intervir neste projeto inovador e de eficiência hídrica, ver onde existem as perdas, intervir, corrigir e depois colocar instrumentos e equipamentos de medição, para que a telegestão e a telemetria possam ser rapidamente, uma realidade. Estão a fazê-lo a expensas exclusivamente municipais, porque de uma forma imprecisa, os fundos comunitários não têm acolhido esse tipo de projetos, o que achava ser um erro, mas felizmente, quer o Ministério do Ambiente que superintende os fundos comunitários no Plano Nacional de Investimento no PNI 20/30, já vai acolher esse tipo de candidaturas, sendo isso dito, numa reunião onde esteve presente, a Câmara vai poder candidatar-se a esses projetos, desde que o investimento tenha acontecido a partir de janeiro deste ano. Referiu ser a Maia, o Município pioneiro, a construir uma estação de tratamento de lamas, nenhum Município, em Portugal tinha uma estação de tratamento de lamas, como na ETAR de Parada, onde produziam inclusivamente, um fertilizante o “Agronate”, que nenhuma câmara, nem Porto nem Matosinhos nem Vila do Conde, nem Santo Tirso, nem a Trofa e no país, ninguém tinha uma estação de instalação de tratamento das lamas e na Maia tratam as lamas das três ETAR do concelho, já há muitos anos. Já ampliaram essa instalação e queria dizer com isso que “quem vai à frente, quem é pioneiro,” depois tem que também fazer *upgrades* e fazer renovações de redes, renovações de equipamentos dos mais diversos. E, se os fundos comunitários não apoiarem, os Municípios teriam mais dificuldade em intervir. Havia uma legislação comunitária que obrigava a que o tratamento secundário das instalações avance para o tratamento terciário, eram investimentos pesados, tecnologicamente muito complexos e apurados e que custavam muito, e que os fundos comunitários do PNI 20/30 vão poder apoiar. Teve uma



conversa com o ministro do Ambiente, já enviou um ofício há três semanas e o ofício que teve oportunidade de enviar, tem investimentos de 42 milhões de euros, em várias áreas de intervenção municipal. É dessa forma que evoluem. Salientou ainda que os SMEAS são municipais, não estão concessionados e são do Município e muito bem geridos. É evidente que havia sempre algumas fragilidades, mas isso era normal, a ERSAR, estava na sua alta cátedra em Lisboa, a debitar questões e aspetos, e quem estava no terreno é que via a realidade. Disse ser fácil fazer relatórios e criticar, o que era difícil era fazer melhor, isso é que gostava que a ERSAR fizesse. Em relação ao passivo de 19 milhões, esse passivo que o senhor deputado referiu, era um passivo que existia no Município há quarenta anos ou trinta e tal anos, que era um passivo de quando foram concessionados os serviços elétricos à EDP e, durante este tempo todo, esse passivo existiu. No mandato anterior, no último ano, antes das eleições em 2021 ou nos finais de 2020 a Câmara Municipal pagou a sua dívida à EDP com um perdão de 42%, aquilo que o senhor deputado podia dizer, era que essa dívida que existia há trinta e tal anos, desde o momento da concessão, foi paga pela câmara que preside, e deixou de existir e fizeram-no com um ganho na ordem dos sete milhões de euros, que não tiveram de pagar, porque foram perdoados. -----

----- Colocada a votação o “Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades Mais Relevantes para o quinquenal 2022-2026 e Orçamento Ordinário para o ano de 2022 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia (número 3 do artigo 16.º da Lei n.º 50/12, de 31 de agosto)” foi **aprovada por maioria com vinte e quatro (24) votos a favor sendo; vinte e três (23) da Coligação Maia em Primeiro, um (1) da Iniciativa Liberal; três (3) votos contra sendo, dois (2) do BE e um (1) da CDU); e catorze (14) abstenções, sendo onze (12) do Partido Socialista, uma (1) do Chega e uma (1) do PAN.** -----

**1.4 Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia – Aprovação do mapa de pessoal para o ano de 2022, custo máximo com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalhos previstos e não ocupados no mapa de**





*[Handwritten signature in blue ink]*

peçoal e aprovação de necessidades de novos postos de trabalho – mapa anual global - (alínea o) do n.º 1, artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).

----- Não se verificaram inscrições -----

----- Colocada a votação “Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia – Aprovação do mapa de pessoal para o ano de 2022, custo máximo com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalhos previstos e não ocupados no mapa de pessoal e aprovação de necessidades de novos postos de trabalho – mapa anual global - (alínea o) do n.º 1, artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” foi aprovada por maioria com vinte e sete (27) votos a favor sendo; vinte e três (23) da Coligação Maia em Primeiro, um (1) da Iniciativa Liberal; um (1) do Chega, um (1) da CDU e um (1) do PAN; e catorze (14) abstenções, sendo doze (12) do Partido Socialista e dois (2) do BE. -----

**1.5 Plano de Atividades e Orçamento para ao ano de 2022 e Plano para o Triénio 2023-2025 da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia (alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto).** -----

----- Inscreveu-se a Senhora Deputada: -----

**CARLA SUSANA FERNANDES RIBEIRO** após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **quinze** -----

----- A Assembleia tomou conhecimento -----

**1.6 Instrumentos de Gestão Previsional 2022 da Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M. (alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto).** -----

----- Inscreveu-se a Senhora Deputada: -----

**CARLA SUSANA FERNANDES RIBEIRO** após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **dezasseis** -----

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO,** disponibilizou, se a assembleia quiser que a Maiambiente leve a cabo uma apresentação no início do ano, primeiro mês do ano, pode assumir essa disponibilidade de tirar todas



essas dúvidas que a Senhora Deputada Carla Ribeiro trouxe ali. Se quiserem, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia fará o favor de fazer chegar esse pedido e tratará de o fazer. -----

----- A Assembleia tomou conhecimento -----

**1.7 Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. S.A. – Plano de Atividades e Orçamento ano de 2022 (alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto).** -----

---- Não se verificaram inscrições -----

----- A Assembleia tomou conhecimento -----

**1.8 Fundação do Conservatório de Música da Maia – Plano de Atividades e Orçamento para 2022 (alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto).** -

---- Não se verificaram inscrições -----

----- A Assembleia tomou conhecimento -----

**1.9 Reajustamento do apuramento da dívida bruta efetuada no Relatório e Contas Individuais de 2020 apresentado em junho de 2020, relativo às entidades: Lipor, Fundação do Desporto, Fundação da Juventude, Fundação de Serralves, APCT – Associação Parque Ciência e Tecnologia, Associação do Eixo Atlântico e Litoral Rural.** -

---- Não se verificaram inscrições -----

----- Colocada a votação “Reajustamento do apuramento da dívida bruta efetuada no Relatório e Contas Individuais de 2020 apresentado em junho de 2020, relativo às entidades: Lipor, Fundação do Desporto, Fundação da Juventude, Fundação de Serralves, APCT – Associação Parque Ciência e Tecnologia, Associação do Eixo Atlântico e Litoral Rural” foi aprovada por maioria com trinta e oito (38) votos a favor sendo: vinte e três (23) da Coligação Maia em Primeiro, doze (12) do Partido Socialista, um (1) do Chega, um (1) da CDU e um (1) do PAN; dois (2) votos contra do BE, e uma (1) abstenção da Iniciativa Liberal. -----

----- Fez uma **Declaração de Voto** o BE, documento identificado com o número dezassete. -----





*[Handwritten signatures in black and blue ink]*

**1.10 Processo de desafetação em nome de Moldecarplast – Indústria de Plásticos e Ferramentas, Lda..** -----

---- Não se verificaram inscrições -----

---- Colocada a votação “Processo de desafetação em nome de Moldecarplast – Indústria de Plásticos e Ferramentas, Lda.” foi **aprovada por unanimidade.** -----

**1.11 Aprovação do relatório de ponderação do período de participação pública da proposta de delimitação da área de reabilitação urbana de Ardegães e respetiva estratégia de reabilitação urbana (ORU).** -----

**CARLA SUSANA FERNANDES RIBEIRO** após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **dezoito** -----

---- Colocada a votação “Aprovação do relatório de ponderação do período de participação pública da proposta de delimitação da área de reabilitação urbana de Ardegães e respetiva estratégia de reabilitação urbana (ORU)” foi **aprovada por maioria com trinta e nove (39) votos a favor sendo; vinte e três (23) da Coligação Maia em Primeiro, doze (12) do Partido Socialista, um (1) da Iniciativa Liberal, um (1) do Chega, um (1) da CDU e um (1) do PAN, e dois (2) contra do BE.** -----

---- Fez uma **Declaração de Voto** o BE, documento identificado com o número **dezanove.** -----

**1.12 Postura de trânsito no troço sem saída da Rua Dom Nuno Álvares Pereira, na freguesia da Cidade da Maia.** -----

---- Não se verificaram inscrições -----

---- Colocada a votação “Postura de trânsito no troço sem saída da Rua Dom Nuno Álvares Pereira, na freguesia da Cidade da Maia” foi **aprovada por unanimidade.** -----

**1.13 Relatório trimestral de execução orçamental relativo ao 2.º trimestre de 2021 – Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M. – registo n.º44 974/21.** -----

---- Não se verificaram inscrições -----

---- A Assembleia tomou conhecimento -----



O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO, pediu a palavra para desejar votos de um bom Natal e também um ano de 2022 o melhor possível para todos. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES, encerrou a sessão desejando ao Senhor Presidente da Câmara e ao seu Executivo as maiores felicidades e votos de boas festas e de um ano de 2022 cheio de sucessos. Dirigindo-se aos Senhores Deputados agradeceu em nome da Mesa a ajuda que prestaram e com certeza que irão continuar a prestar nos próximos anos, desejando votos de um Feliz Natal. Enviou também a todos os maiatos votos de boas festas e de um bom ano. Por fim, dirigiu-se aos técnicos municipais agradecendo a ajuda prestada para que as sessões da Assembleia fossem possíveis, desejando também votos de Boas Festas. -----

----- E sendo vinte três horas e vinte e um minutos do dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e um foi dada por encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa: Presidente da Mesa, António Gonçalves Bragança Fernandes, pela 1.ª Secretária, Márcia Isabel Duarte Passos Resende, e pela 2.ª Secretária, Susana Filipa Coelho Rafael. -----

O Presidente:

A 1.ª Secretária:

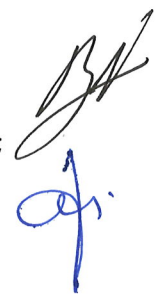
A 2.ª Secretária:



## Conceição Gomes

doc-1

**De:** Paulo Cerqueira <jprcerqueira@gmail.com>  
**Enviado:** 16 de dezembro de 2021 18:59  
**Para:** 'António Bragança Fernandes'  
**Cc:** 'ANTÓNIO FERNANDO OLIVEIRA e SILVA'; 'MÁRCIA Passos'; 'Filipa Rafael';  
'Conceição Gomes'  
**Assunto:** Assembleia Municipal - 9ª Sessão Extraordinária de 22 de dezembro  
**Importância:** Alta



Sr. Presidente,

Não me sendo possível comparecer à 9ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal do próximo dia 22 de dezembro, solicito que sejam acionados os respectivos mecanismos de substituição.

Melhores cumprimentos,  
Paulo Cerqueira

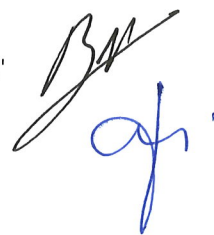


## Presidente da Assembleia Municipal da Maia

---

doc-2

**De:** Geral <geral@jfcastelodamaia.pt>  
**Enviado:** 15 de dezembro de 2021 14:55  
**Para:** 'Presidente da Assembleia Municipal da Maia'; 'Assembleia Lurdes'  
**Assunto:** Substituição de presença na Assembleia Municipal  
**Anexos:** DOC194.pdf



Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Maia,

Incumbe-me o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Castelo da Maia de remeter, em anexo, o ofício de substituição de presença na 9ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal da Maia, a realizar a 22 de dezembro de 2021.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Liliana Pereira  
Junta de Freguesia de Castelo da Maia  
Tel: 229 823 315 / 938 580 565  
Rua Padre Domingos da Silva, 40  
Gemunde Castelo da Maia  
4475-124 MAIA







## Freguesia de Castelo da Maia

Concelho da Maia

Exmo. Sr. Eng.º  
António Gonçalves Bragança Fernandes  
Presidente da Assembleia Municipal da Maia  
Praça Dr. José Vieira de Carvalho  
4470-202 MAIA

**Sua referência**

**Sua comunicação de**

**Nossa referência**  
84/2021

**Data**  
14/12/2021

**Assunto:** Substituição de presença na Assembleia Municipal

Eu, Manuel Moreira Azenha, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo da Maia, deputado Municipal por inerência, ao abrigo da Lei Regimental dessa Assembleia, venho pelo presente dar conhecimento a V.Exª da minha indisponibilidade, para estar presente na 9ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal a realizar a 22 de dezembro de 2021, às 21h30.

Face ao exposto, delego a minha presença no membro do Executivo da Freguesia de Castelo da Maia, Dr. Eugénio José Vieira Teixeira, que estará presencialmente na referida sessão.

Com os melhores cumprimentos,



Presidente da Junta,

Manuel Moreira Azenha

## Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Doc. 3

**De:** Freguesia de Nogueira e Silva Escura <jfnogueira@sapo.pt>  
**Enviado:** 22 de dezembro de 2021 09:38  
**Para:** Presidente Assembleia Municipal da Maia  
**Assunto:** 9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - 22/12/2021

BM  
af.

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal

Eng.º António Gonçalves Bragança Fernandes

Dada a minha impossibilidade de estar presente, informo V. Exa que na 9.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a realizar no próximo dia 22 de dezembro, que serei representado pelo Exmo. Sr. Luis Miguel de Ascensão Teixeira, Secretário desta Junta de Freguesia.

Sem outro assunto de momento, aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa os meus melhores cumprimentos.

O Presidente

Ilídio Silva Carneiro

Vinto  
ISC



Rua do Calvário, n.º 380  
4475-463 Nogueira-Mai  
Tel: 229 617 210 Fax: 229 617 219  
E-mail: jfnogueira@sapo.pt



## Presidente da Assembleia Municipal da Maia

---

doc. 4 / 12

**De:** Manuel Meireles <meireles.mtl@gmail.com>  
**Enviado:** 22 de dezembro de 2021 15:42  
**Para:** Presidente Assembleia  
**Assunto:** Comunicação de falta por motivos de doença

BM  
af.

Para os devidos efeitos, informo V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> que por motivos de saúde resultantes da reação à vacina do COVID19, 3.<sup>a</sup> dose, ministrada no CVC MAIA I GEMUNDE, no dia 21 de dezembro, às 08h43, não poderei estar presente na reunião de hoje dessa Assembleia (22/12/2021), por aconselhamento clínico.

Peço desculpa pela comunicação ser tardia, ficando ao critério de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> a eventual substituição.

Com os melhores cumprimentos e votos de um bom Natal.

Manuel Meireles

BM

## Presidente da Assembleia Municipal da Maia

---

**De:** Rui Leandro Maia <ruileandromaia@gmail.com>  
**Enviado:** 22 de dezembro de 2021 18:24  
**Para:** Presidente Assembleia Municipal da Maia  
**Cc:** Márcia Passos; Filipa Rafael; EDGAR ROCHA  
**Assunto:** Sessão da assembleia municipal 22 de dezembro de 2021


Exmo. Senhor  
Presidente da Assembleia Municipal da Maia  
António Bragança Fernandes

Por razão profissional que me leva, extraordinariamente, a estar em funções, coincidentes no tempo, não poderei, de todo, participar na reunião da Assembleia Municipal de hoje, 22.12.2021, transferindo a liderança da bancada, conforme acordado, para o Senhor Deputado Edgar Rocha.

Com os melhores cumprimentos

Rui Leandro Maia





Sessão extraordinária da Assembleia Municipal – 22 de Dezembro de 2021

**Pto. 1.1. – Grandes Opções do Plano e documentos previsionais**



**DECLARAÇÃO**

Apesar de ter recebido do Senhor Presidente da Câmara rascunhos dos documentos previsionais, invocando o disposto no Art.º 5.º da Lei n.º 24/98, a CDU considera que não foi devidamente cumprido o Estatuto do Direito de Oposição.

Sem ter sido proporcionado um “prazo razoável”, conforme o n.º 2 do Art.º 4.º do mesmo diploma, para o envio de contribuições e até uma reunião de trabalho para as discutir, a formalidade muito parcial observada não corresponde a uma efectiva consulta.

Mesmo assim, a CDU remeteu um extenso conjunto de observações e de propostas próprias. Nenhuma foi atendida, mas continuaremos a defendê-las.

Passando à apreciação da proposta:

**1. Transportes**

Está prevista uma dotação de 520 mil euros a título de contratos de serviços de transportes de passageiros com operadores privados, a título de encargos com obrigações de serviço público, e aos quais acrescem mais de 1,6 milhões de euros para a STCP, com o mesmo fim.

A CDU reitera que a solução para os transportes rodoviários e a sua gestão racional passa por consagrar a STCP como operador interno na Área Metropolitana, assim resolvendo o imbróglio do concurso internacional para a nova concessão, cujo falhanço está à vista, com a AMP a prorrogar as concessões por até dois anos.

Estão previstos 270 mil para “serviços de transportes escolares”, uma nomenclatura estranha, pois vigora em toda a Área Metropolitana o título Sub13 – assinatura mensal para crianças entre os 4 e os 12 anos (inclusive), que permite a utilização gratuita nos operadores integrados no sistema Andante. Por outro lado, esta Assembleia recomendou, em 28 de Fevereiro de 2019, por proposta da CDU, a gratuidade dos passes aos jovens até ao termo da escolaridade obrigatória.

**2. Habitação**

Apenas estão definidos 460 mil euros em comparticipação à Espaço Municipal, em cumprimento de contrato-programa para o 1.º Direito, e 379 400 destinados à locação de edifícios no âmbito do programa 1.º Direito.

Ora, quanto à segunda verba, o Programa Financeiro do Acordo de Colaboração com o IHRU prevê, para 2022, um encargo de mais de 1,2 milhões de euros com o arrendamento para subarrendamento de 170 fogos.



Apenas 1 713 952 têm financiamento definido no Plano de Investimentos Mais Relevantes, dedicados ao programa 1.º Direito, valor que não se compreende, à luz da Programação.

Aliás, seria importante conhecer o que foi já executado, do Programa Financeiro, no ano de 2021 (valor global de mais de 2,3 milhões de euros) e o que será no exercício de 2022 (mais de 8,6 milhões).

### 3. Outros

Estão previstos mais de 2,5 milhões de euros para fornecimento de refeições escolares, com recurso a serviços contratados, quando deve ser o Município a assegurar directamente este serviço, com meios próprios, garantindo melhor qualidade.

Está prevista uma dotação global, até 2026, de 3,3 milhões de euros para serviços externos de limpeza e higiene das instalações, quando o Município deveria possuir os seus próprios recursos.

É positivo o recrutamento para novos postos de trabalho, mas prosseguirá a contratação em vários regimes precários destinados a necessidades permanentes, nomeadamente nos departamentos da Educação e Ciência, Cultura, Desenvolvimento Social e do Desporto e Juventude.

O documento mantém um número muito elevado de obras de significação local sem qualquer financiamento definido.

Disse.

*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Maia,*

*Ex.mas Secretárias da Assembleia Municipal da Maia*

*Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia,*

*Ex.mos Srs. Vereadores aqui presentes*

*Ex.mos Senhores Deputados,*

*Exmo. Público que nos vê nas suas casas*

O reconhecimento pelos nossos concidadãos do trabalho desenvolvido pelo executivo municipal foi corporizado pelos resultados reforçados que a coligação “Maia em Primeiro” foi capaz de alcançar nas eleições autárquicas do passado dia 26 de setembro, concedendo um mandato inequívoco em resultado da confiança de um rumo e caminho que foi possível fazer no último mandato e que, sem dúvida, os maiatos querem ver continuado e que, aqui, lhes procuramos apresentar nas suas diversas vertentes. Na Maia “Primeiro as Pessoas” não é um slogan, mas uma realidade que tem conduzido a ação da CMM num processo de transformação do nosso espaço territorial e no incremento da qualidade de vida dos que cá habitam. Por essa razão, a saúde e o bem-estar não poderiam deixar de ser a pedra de toque da atuação municipal, bem como o fomento da solidariedade e da inclusão social procurando equilibrar as condições de vida e oportunidades de toda a comunidade, destacando-se:

- A construção de habitação social, utilizando instrumentos vários, nomeadamente o programa “1º Direito”;
- Apoio à construção de equipamentos destinados à 1ª infância e à 3ª idade a serem levados a efeito por entidades do setor social, através da subsídio das construções e da eventual disponibilização de terrenos, continuando o apoio à rede de instituições sociais presentes no território maiato, reforçando a estratégia de dinamização social;
- Na Educação, e apesar de algumas intervenções em curso em alguns estabelecimentos escolares, o foco principal será nos meios técnicos a serem disponibilizados em salas de aula aos alunos e professores, nomeadamente painéis interativos e novos computadores e um programa que incrementa a qualidade de aprendizagem, a estimulação da literacia científica, as atividades de enriquecimento curricular e o apoio às famílias quanto à disponibilização do transporte escolar.

“As Grande Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2022”, mostram-nos de forma detalhada, também no que às funções sociais, as ações e intenções do executivo municipal, para o ano em causa, potenciando a visão estratégica do município, potenciando as características do concelho e das suas gentes, bem como o seu bem-estar e a sua qualidade de vida, contribuindo, também na área da



Educação, para o reforço que a Maia e as suas escolas têm assumido, tornando-se verdadeiros “case study”.

A despesa da autarquia agrupada por classificação funcional, permitem concluir que as funções sociais absorvem 49,1% do orçamento, totalizando 44.369.355,00€ (41,8% da despesa global do orçamento, o que demonstra bem a importância dada a esta área pelo executivo municipal).

O forte investimento e aumento dos gastos nas funções sociais do município só o são, dada a forte saúde financeira da Maia como o atesta a última edição do “Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses”, uma radiografia ao estado das finanças de todos os municípios portugueses, publicada anualmente pela Ordem dos Contabilistas Certificados, e que continua a mostrar, ano após ano, a solidez das contas e a saúde económica e financeira do nosso município, mesmo num momento em que voltamos a reduzir os impostos, tanto para as famílias como para as empresas “...sempre com grande responsabilidade e de grande sentido de governação da “coisa pública”....”, como tem sido apanágio da gestão municipal do nosso concelho.

De forma cautelar, diria mesmo também avisada, em matéria de descentralização de competências na área da educação, saúde e ação social, dada a inexistência de Orçamento de Estado aprovado para o ano de 2022, e por isso de documento habilitante para a inclusão de receita que é devida no âmbito do Fundo de Descentralização, a despesa estimada foi contemplada em dotação indefinida. Dessa forma, o impacto financeiro da descentralização de competências, em termos orçamentais, ocorrerá, em sede de revisão, nos termos legalmente aplicáveis.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados,

As pessoas, e as empresas, sabem que poderão contar, sempre, com o município, a exemplo do que fez ainda num passado recente, por forma a minorar, na medida do possível, a difícil situação porque estavam a passar.

Como tem vindo a demonstrar, a CMM, com a eficácia e capacidade que lhes são reconhecidas, e com provas dadas, continuará, com toda a certeza, disponível a intervir em nome do bem-estar e qualidade de vida dos maiatos.

Perante o exposto, a coligação “Maia em Primeiro” vota a favor das GOP, também no que respeita às opções tomadas para as funções sociais.

Bom Natal para todos!

**Disse**



## Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022

Como habitualmente dizemos nestes momentos, este Orçamento e Plano de Atividades não são do Bloco de Esquerda e as nossas prioridades políticas, naturalmente, são outras.

Começamos por referir, sem qualquer hesitação ou dúvida, que na Maia existem assimetrias várias de desenvolvimento entre as diversas Freguesias.

Em matéria de transportes coletivos públicos, sabemos que as linhas não chegam a todos os lugares onde há procura.

Por isso, há muito que defendemos que o Município da Maia deveria investir numa rede municipal de pequenos autocarros gratuitos (ou, pelo menos, a baixo custo), devidamente adaptados a pessoas com diversidade funcional e mais ecológicos (preferencialmente elétricos).

Numa cidade amiga das pessoas, jovens e séniores, espera-se que haja uma política mais arrojada que leve à criação de uma rede pública de creches e jardins de infância que tanta falta fazem a quem começa a constituir família e não tem onde deixar as crianças durante o período normal de trabalho.

De uma rede pública de lares e centros de dia que permita dar resposta a uma necessidade cada vez maior, fruto do envelhecimento da população e da incapacidade do mercado em dar uma resposta comportável para o bolso das famílias. Ou até mesmo de um programa municipal de apoio aos cuidadores informais, como alguns Municípios estão já a adotar.

Mas quando se fala em assimetrias, a habitação é também um tema incontornável. Porque problema da falta de habitação é uma ameaça ao futuro de toda uma geração e a Maia é um dos muitos concelho onde, infelizmente – mas não surpreendentemente – a especulação imobiliária tem tornado o direito à habitação numa miragem. Quer no que diz respeito ao arrendamento quer na compra de habitação própria, os valores médios por km<sup>2</sup> no mercado são absolutamente incomportáveis em face dos baixos salários praticados no país.

Por isso, defendemos que o Município pode e deve ir mais longe na Estratégia Local para a Habitação, definindo como meta os 6% de habitação pública. No entanto, a ELH aponta para menos de 5% de habitação pública até 2025.

Muito se fala em ambiente na Maia, mas estamos num dos Municípios da região Norte onde são libertadas mais emissões poluentes, com indicadores bastante acima da média nacional. Isto implica a necessidade de implementação de soluções ambientais radicais, que entre outras coisas, podem passar pelo corte de determinadas vias ao trânsito automóvel.

Muito se fala as espaços verdes do Município, mas o maior parque do concelho, situado em Avioso, não tem mais do que 30 hectares em área e a generalidade dos restantes não ultrapassam em área os 2 ou 3 hectares.

São de facto muitas as ideias que nos separam deste executivo. O que não obstaria, em princípio, a que o BE apresentasse propostas a incluir nos documentos previsionais. Mas a total ausência de tempo nos que foi dado para estudar os documentos inviabilizou absolutamente essa possibilidade, colocando assim em crise um direito conferido pelo Estatuto do Direito de Oposição.

Isto posto, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda irá votar contra este Orçamento e GOP para 2022.

**Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,**

**Jorge Santos**

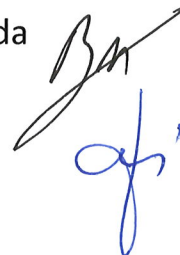
**Sérgio Sousa**





## Intervenção Orçamento Participativo Jovem – 9ª Sessão Extraordinária

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Caras Sras. Secretárias da mesa, Exmo. Presidente da Câmara Municipal, Caras Deputadas e Deputados, Maiatas e Maiatos.



É com grande satisfação que assinalamos o primeiro Orçamento Participativo Jovem promovido pela Câmara Municipal da Maia.

Para a JSD da Maia é a concretização de uma medida que lhe é particularmente querida. Enquanto jovens, acreditamos no nosso potencial e na nossa capacidade transformadora. O Orçamento Participativo Jovem dá-nos essa oportunidade de intervenção na comunidade em que nos inserimos.

O Orçamento Participativo Jovem da Maia (OPJM) é um processo de participação democrática no âmbito do qual jovens com idades entre os 14 e os 30 anos podem apresentar e decidir projetos de investimento público. Trata-se de um instrumento que simultaneamente apela e estimula a participação cívica dos jovens, proporcionando-lhes uma experiência efetiva de investimento público em contexto real e com benefícios concretos.

O Orçamento Participativo Jovem é um processo composto essencialmente por dois ciclos:

Um primeiro ciclo de decisão, que corresponde ao período de apresentação de propostas, de análise da viabilidade técnica das mesmas e de votação dos projetos finalistas;

E um segundo ciclo de implementação, que respeita à execução do projeto ou projetos vencedores.

Neste momento, está já disponível para consulta pública a lista provisória de projetos propostos para votação e das propostas excluídas.

O grupo parlamentar da coligação Maia em Primeira congratula-se pela expressiva adesão a este primeiro orçamento participativo jovem, que recebeu cerca de 30 candidaturas, das quais mais de dez foram provisoriamente validadas. A prova de que, logo na sua primeira edição, esta iniciativa municipal é uma aposta ganha e que os jovens vêm nela uma oportunidade que não querem desperdiçar.

A votação das propostas será aberta a todos os munícipes, e como é natural desejamos que conte com uma participação particularmente forte por parte dos jovens.

Os projetos serão depois organizados numa lista por ordem decrescente de votos, sendo executados até esgotar o orçamento atribuído.

Saudamos o executivo municipal pelo lançamento do orçamento participativo jovem, um instrumento que possibilita aos jovens maiatos decidirem e concretizarem projetos com impacto efetivo na vida da comunidade, numa manifestação ativa de civismo e democracia.

Uma oportunidade que, estamos certos, os nossos jovens não desperdiçarão.

Carolina Carvalho





Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmas Senhoras Secretárias da Assembleia Municipal



Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal

Exmos Senhores Vereadores



Exmos Senhores Presidentes de Junta

Exmos Senhores Deputados Municipais

Exmos Maiatos

O Partido Socialista tem como doutrina política a solidariedade social, a boa gestão pública e a melhoria das condições de vida das populações. O Partido Socialista é o maior partido autárquico, detendo a presidência da AMP e o que concretiza, quer esteja na liderança quer esteja na oposição, tem sempre políticas responsáveis.

São estas responsabilidades que exigem respostas eficazes para com os Maiatos, numa altura de crise pandémica.

As Grandes Opções do Plano definem as linhas de desenvolvimento estratégico para este concelho e o Orçamento é o documento onde se incorpora a previsão das receitas e das despesas.

Para que fique claro, este ponto que vamos aqui votar não é da autoria do Partido Socialista, pois a suas linhas



estratégicas e diversas rubricas seriam naturalmente diferentes, baseando--se no nosso programa eleitoral.

Na análise ao Orçamento para o Ano de 2022, este atinge o valor total de 114.029.738 €.

Senhores Deputados verifica-se que grande parte das receitas resultam da cobrança de Impostos, em que a receita fiscal representa 39,1% do Orçamento, atingindo o valor de 44.617.891 €, mas que certamente será maior, dado o fim de muitas isenções do IMI.

A este respeito recorde que o Partido Socialista propôs uma redução deste imposto para a taxa mínima, para alívio das famílias Maiatas, redução que foi recusada pelo PSD.

Do lado da despesa, está previsto investimento em aquisição de bens de capital, representando 34,4% do Orçamento da despesa, no valor de 39.278.403€.

Fazendo uma análise ao documento relativamente à distribuição da despesa reajustada por classificação funcional, verificamos as seguintes percentagens para cada função:

Funções Sociais: 49,00 %

Funções gerais: 23 %

Funções económicas: 25%

Outras funções: 3%

O Partido Socialista, discorda de muitos pontos ou rubricas assinaladas nesta proposta, mas sendo nas



Funções Sociais a maior parte das despesas, o Partido Socialista, numa atitude de oposição responsável, construtiva, cooperante e sempre no interesse dos Maiatos, irá abster-se.

Esta abstenção vem colocar ainda mais responsabilidade junto do PSD, de forma a concretizar aquilo a que se propõe.

Esperemos que no Ano de 2023, aquando da aprovação das contas de exercício de 2022 se verifique que os Maiatos foram beneficiados com este Orçamento.

Grupo Municipal do Partido Socialista

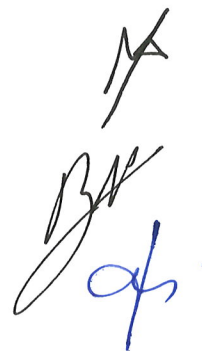
Edgar Rocha







Senhor Presidente da Assembleia,  
Senhoras Secretárias da Mesa,  
Senhor Presidente da Câmara Municipal  
Senhoras e Senhores Vereadores  
Senhoras e Senhores Deputados  
Minhas Senhoras e meus Senhores,



Senhor Presidente,

O Orçamento para 2022 e as Grandes Opções do Plano que nos é proposto, é em nosso entender um documento elaborado com o rigor, com objetividade e que privilegia o desenvolvimento da Maia e o bem-estar dos Maiatos. Continuamos a viver um tempo de pandemia, pandemia essa que persiste em atormentar o quotidiano dos portugueses e dois Maiatos em particular. Temos que reconhecer o trabalho feito pelo Governo no combate à pandemia e a Maia deu um contributo decisivo, disponibilizando um segundo centro de vacinação, permitindo assim para uma mais rápida vacinação da população da Maia e não só, pois muitas pessoas dos concelhos vizinhos foram vacinadas no concelho da Maia.

E este orçamento também está condicionado por esta pandemia, por um lado, mas por outro, foi pensado para dar resposta a esta mesma pandemia no que às responsabilidades da Câmara disser respeito, nomeadamente quanto às necessidades que quer as famílias quer as empresas irão precisar.

Trata-se igualmente de um documento que determina as orientações que o executivo pretende pôr em prática para gerir o Município de uma forma rigorosa e equilibrada e onde se pode constatar a importância das preocupações do executivo quanto à consolidação das finanças do município, cuja sustentabilidade financeira é e continuará a ser um dos seus objectivos.

Tal como tem acontecido nos anos anteriores, a preocupação principal deste executivo continua a ser o bem-estar dos maiatos fundamentalmente os que mais necessitam do apoio social e nesta área os valores inscritos nas Grandes Opções do Plano para o ano financeiro de 2022 são bem elucidativos, ou seja, cerca de 44,4 Milhões de Euros o que representa cerca de 42 % do total do Plano são afetos às funções Sociais.

Este documento demonstra bem a acção política do executivo e da coligação Maia em Primeiro, que é, em 1º lugar estarão sempre as Pessoas. Um lema que nos tem norteados ao longo dos anos em que temos liderado com os sucessivos executivos, a Câmara Municipal. É

por continuarmos a preocupar com os Maiatos, que neste período de pandemia e que por arrasto tem originado uma crise social, económica e financeira, privilegiamos a despesa nas áreas sociais, sacrificando por vezes algum investimento publico autárquico. É preferível investir na alimentação para as crianças que frequentam as escolas do que tapar alguns buracos que existem junto dessas mesmas escolas. Esta atitude por parte do executivo, é para nós motivo de satisfação.

Mas como é óbvio, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2022 não se resume apenas às Funções Socias, temos as funções económicas, onde destacamos a Rede Viária que absorve cerca de 10,7 Milhões de Euros, a Mobilidade sustentável, que absorve cerca de 7,6 Milhões de Euros e o Comercio e Turismo, com apoio directo á economia local com cerca de 2,2 Milhões de Euros.

Este Orçamento reflete ao mesmo tempo a preocupação em ajustar e corrigir a acção do executivo por forma a que a sustentabilidade e o equilíbrio das finanças da Autarquia não seja uma falácia, mas antes uma realidade e da qual nos orgulhamos. Aliás veja-se o que executivo tem vindo a fazer nessa área.

Todos nós sabemos o esforço que tem sido feito pelos sucessivos executivos quanto á redução da dívida do Município e aqui também podemos constatar como a curva da dívida do Município se vai encostando ao limite inferior. Em 2022 ir-se-á reduzir a dívida em cerca de 5 Milhões de Euros. Não tem sido fácil governar este município, mas temos consciência de que mesmo com todas as dificuldades, este executivo gere o município muito melhor do que se fosse a Oposição a geri-lo.

Temos consciência das dificuldades do executivo em manter o bom nível das receitas, para poder concretizar algumas despesas de capital, mas sabemos que não depende da autarquia a revitalização da economia que embora esteja numa fase ascendente, não deixa de ainda estar fortemente condicionada ao vai e vem da pandemia através das novas estirpes e variantes que se vão sucedendo.

Podemos dizer que a Maia, por via dos grandes investimentos feitos no passado, tem de alguma forma a sua vida facilitada. Pior seria se ainda estivéssemos com carências básicas ao nível de investimentos de estruturas na Educação, Saúde, Desporto, equipamentos Sociais, e outros, mas felizmente, para os Maiatos, somos um concelho que investiu bem e a tempo.

Mas, Sr Presidente, como disse atrás, para a coligação Maia em Primeiro, primeiro estão sempre as Pessoas e este orçamento é prova disso mesmo.



17  
O Orçamento para o ano de 2022 assume um valor global de pouco mais de 114 M€. Entendemos que é um orçamento que vai relançar e dinamizar a economia local. Vai permitir continuar com a reabilitação urbana nomeadamente na habitação social.

Quanto á receita, podemos constatar que a mesma provém maioritariamente da receita fiscal, que continua a ser muito importante para o município, diga-se, e das transferências correntes.

É neste contexto e com este sentimento por parte dos autarcas da coligação Maia em Primeiro que continuamos a gerir e a servir Maia e os Maiatos. Temos orgulho do passado e queremos continuar a ter este mesmo orgulho no futuro.

Sr. Presidente da Câmara, os Maiatos acreditam em si, e o que esperam de si, é que com a sua humildade, com o seu rigor, com a sua experiência e com o seu sentimento de proximidade com todos os Maiatos, e o senhor é um Maiato, continue a fazer deste concelho um concelho de referência onde todos os que aqui residem se revejam.

Por tudo isto, votaremos favoravelmente estes Documentos.

Maia, 22/DEZ/2021

---

( Cândido Graça )  
( coligação Maia em Primeiro)





9.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia – 22 de Dezembro de 2021

**Ponto 1.3. -Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Actividades mais Relevantes  
2022-2026 e Orçamento Ordinário 2021 dos SMAS**

**APRECIAÇÃO E DECLARAÇÃO**

Relativamente ao documento apresentado a CDU, insiste nas críticas que vem ao longo dos anos a fazer nomeadamente às afirmações proferidas pela administração do SMEAS quando diz e escreve que as suas grandes preocupações para o quinquénio de 2022 a 2026 são:

- Manutenção do património (...), substituição das infra-estruturas em fim de vida, reparação e conservação dos reservatórios, a modernização da Etar de Parada e dos outros equipamentos de depuração;
- Tecnologias de informação - telegestão e teleleitura;
- Redução das perdas de água

No entanto, continua como vem sendo hábito, não quantifica metas alcançadas ou a alcançar a curto e médio prazo.

Sendo, o Orçamento ordinário para o ano 2022 de 21 milhões e 492 mil euros (pág. 7 do PDF) apresenta em termos globais um decréscimo de 1 milhão e 641 euros (pág.9 do PDF) relativamente ao ano de 2021

Tal como em 2021, manter-se-á o decréscimo na despesa de investimento em 2022.

Por exemplo dos cerca de 10 milhões de euros que figuram no plano plurianual de investimentos do ano 2022, nas funções sociais, mais concretamente na rede de distribuição de água, apenas estão com financiamento definido obras no valor de 639 mil euros...

O que nos leva a questionar o executivo:

- Como irá a administração do SMEAS por exemplo combater as perdas de águas, fazer a manutenção do património, a substituição de infra-estruturas em fim de vida, etc, ou seja, tudo aquilo em que é necessário investir, mantendo uma taxa de execução das obras como a que tem sido praticada nos últimos anos - rondando os 50% - com um investimento tão diminuto como o acima citado.

Por outro lado, a previsão de receitas de capital assenta nomeadamente no nível de ligações domiciliárias de água e saneamento, fruto da *"melhor expectativa da evolução do mercado imobiliário no concelho"*.

Preocupa-nos entretanto o peso das taxas dos avisos de corte e restabelecimento do fornecimento que totalizam 300 mil euros de receita, o que reflecte o agravamento da situação social.

Nesse sentido votamos contra a proposta do executivo.

Disse



## Orçamento e Plano Serviços Municipalizados 2022

O relatório anual da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) de 2020 aponta várias falhas aos serviços de água e saneamento do Município da Maia.

Embora se identifiquem indicadores favoráveis (ex: cobertura dos gastos, colapsos estruturais nos coletores ou avarias nas condutas), a entidade reguladora do setor atribuiu ao Município da Maia “**qualidade de serviço insatisfatória**” num conjunto de índices relacionados com a eficiência da rede de distribuição de água e saneamento geridos pelos Serviços Municipalizados.

Estes dados revelam que é necessário investir mais na reabilitação e modernização das redes e estações e na gestão dos recursos humanos.

A título de exemplo, veja-se o indicador de **água não faturada**, que avalia o nível de perdas económicas correspondentes à água que, apesar de ser captada, tratada, transportada, armazenada e distribuída, não chega a ser faturada aos utilizadores.

Neste indicador, a Maia obteve o **pior resultado** da região Norte entre as áreas predominantemente urbanas, com um índice de 31%, que coloca o Município acima da média nacional no continente, situada nos 28,8%.

Em comparação, as perdas de água noutros Municípios vizinhos divergem entre os 9,4% e os 20%.

Tal resultado é confirmado pela análise do indicador de **perdas reais de água**, que avalia, medindo o seu volume por ramal ou comprimento de conduta, as fugas e extravasamentos de água ao longo do percurso.

Com um resultado de 237 m<sup>3</sup>/km, a Maia repete aqui o pior cenário da região Norte entre as áreas predominantemente urbanas, muito atrás da média nacional (125 m<sup>3</sup>/km).

No que respeita à **ocorrência de inundações** com origem na rede de drenagem, ou seja, o número de ocorrências de inundação na via pública e em propriedades, com origem na rede pública de coletores (por 100 kms de coletores), a ERSAR atribui novamente à Maia o **pior resultado** da região Norte, pior do que a média nacional.

Mas talvez o mais surpreendente seja o resultado atribuído à Maia no indicador de **adesão ao serviço**, isto é, nível efetivo de ligação dos utilizadores à infraestrutura física disponibilizada pelos Serviços Municipalizados, no qual a Maia tem uma percentagem de **87,2%** de ligação à rede, o **segundo pior resultado** da região Norte entre as áreas predominantemente urbanas.

Estes resultados levam-nos até a questionar como é que é possível que ainda há bem pouco tempo (ano de 2018), os Serviços Municipalizados de Eletricidade, Água e Saneamento da Maia tivessem, de acordo com o Anuário Financeiro da Ordem dos Contabilistas Certificados, nem mais nem menos do que o maior passivo exigível de uma empresa municipal do país (19,5 milhões de euros)!

Assim se conclui que por trás do discurso auto-elogioso contido neste documento, muito há ainda a fazer no que toca ao investimento para garantir que a qualidade, abrangência e eficiência do serviço ficará, ao menos, em linha com o resto do país, em especial com os restantes Municípios da Área Metropolitana do Porto.

Razão pela qual, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda não poderá votar favoravelmente este ponto.

**Grupo Municipal do Bloco de Esquerda**



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,  
Exmas. Senhoras Secretários da Mesa,  
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal  
Exmas. Senhoras e Senhores Vereadores  
Exmas. Senhoras e Senhores Deputados  
Minhas Senhoras e meus Senhores,



Senhor Presidente,

O Plano e Orçamento dos SMAS, á semelhança do Plano e Orçamento da Câmara, são documentos elaborados com rigor e transparência o que significa que os SMAS continuarão a pautar os seus investimentos no interesse dos Maiatos, apresentando aqui um orçamento realista e equilibrado o que denota seriedade e rigor na sua elaboração.

O valor deste orçamento representa um decréscimo de cerca de 10,5 %7% relativamente ao do ano anterior, sendo que as despesas correntes diminuíram cerca de 3 % bem como as despesas de Capital também diminuíram cerca de 55 %. Disse atrás que este orçamento é equilibrado, pois a Despesa Corrente é suportada pela Receita Corrente que assenta fundamentalmente em valores das vendas de água e outros serviços inerentes ao consumo da mesma.

Relativamente ao investimento convém realçar a percentagem de 13 %, que pode parecer baixa, mas se atendermos ao facto de no concelho a rede de saneamento básico e abastecimento de água cobrirem praticamente de 100% do concelho, então facilmente compreenderemos que os 13 % é sem sombra de dúvidas uma boa taxa de investimento.

Em suma, não posso deixar de enaltecer os SMAS, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, que é o Presidente do Conselho de Administração dos mesmos SMAS, pela forma rigorosa e transparente de como apresentou o Plano Plurianual de Investimentos bem como o Orçamento para o ano de 2022.

Por tudo isto, iremos votar favoravelmente estes documentos, na perfeita convicção de com este voto continuamos a prestar um excelente serviço aos SMAS, á CM e aos Maiatos.

Maia, 22/DEZ/2021



9.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia – 22 de Dezembro de 2021

**Ponto 1.5. -Plano de Actividades e Orçamento Ordinário 2022 da EMEM**

**APRECIAÇÃO E DECLARAÇÃO**

No documento apresentado a administração da EMEM definiu como prioridade a Comunicação tanto interna como externa, de modo a que a empresa seja uma referência do sector para as suas congéneres, para a população e utentes e sobretudo para quem pertença à sua organização. Nesse sentimento de orgulho e pertença, a Administração refere aqueles que trabalham para si na linguagem ultra moderna e liberal - Colaboradores, com “C” maiúsculo. Pois bem, mais uma vez gostaríamos de chamar a atenção de que não existe nas leis laborais portuguesas o termo colaboradores, mas sim trabalhadores, até porque o seu significado semântico e conceptual não é igual.

Relativamente às políticas de RH, o reconhecimento do bom trabalho, do desempenho, da motivação e da felicidade dos trabalhadores não se atinge com a atribuição de um prémio de desempenho, tantas vezes enviesado, promotor do individualismo e da concorrência em vez do verdadeiro sentimento de trabalho em equipa, daquele que não persegue nem discrimina o que pensa diferente ou é capaz de dizer verdadeiramente a sua opinião sem medo de represálias ou sofrer perdas dos ditos prémios de excelência, mas antes da valorização dos salários e das carreiras.

Quanto ao modelo de estacionamento pago (parquímetros) e o seu alargamento a outras áreas do concelho a CDU, sempre mostrou o seu desacordo, propondo em alternativa opções que levassem a população a deixar o seu veículo estacionado junto de interfaces com transportes públicos e que até fossem gratuitos. Que no caso dos trabalhadores do centro da Maia e que não tivessem a possibilidade de utilizar os transportes públicos pela sua inexistência ou desadequação ao horário de trabalho, que lhes fosse atribuído um desconto no valor do estacionamento a pagar.

Disse



Sessão extraordinária da Assembleia Municipal – 22 de Dezembro de 2021

**Pto. 1.6. – Maiambiente – Instrumentos de gestão previsional**

**DECLARAÇÃO**

Embora os instrumentos de gestão previsional da Maiambiente venham a esta Assembleia para mero conhecimento – consequência da opção pela empresarialização de serviços que deveriam estar sob o controlo democrático dos eleitos –, gostaríamos de fazer algumas observações.

É salientado o facto de o projecto “Recicle Mais Pague Menos” ter funcionado numa zona piloto e de vir agora a ser progressiva e sucessivamente alargado.

Sendo positivo, seria importante que esta Assembleia fosse informada sobre o calendário dessa implementação; assim como é da maior importância que os munícipes sejam antecipadamente muito esclarecidos acerca do conceito, objectivos, custos inerentes e vantagens.

Também é enfatizado que se perspectiva o alargamento da recolha de bio-resíduos a cerca de 16 mil fogos em edifícios de habitação colectiva e seis mil habitações unifamiliares.

Importa saber:

- 1.º - Quando ocorrerá efectivamente tal alargamento;
- 2.º - Quando estará garantida a cobertura total do concelho; e
- 3.º - Quais as metas a atingir em termos de recolha e preparação para valorização destes resíduos.

É ainda feita referência à necessidade de reforço de meios, em consequência do alargamento dos serviços, bem como à preferência da opção pelo “mix” entre recursos próprios e *outsourcing*, uma opção em relação à qual é conhecida a nossa oposição.

Para além das questões de princípio, temos muitas dúvidas quanto a vantagens em termos económico-financeiros, quando se verifica que o Orçamento Anual da Exploração prevê, entre os mais de 6,8 milhões de custos com fornecimentos e serviços externos, mais de 3,5 milhões destinados a subcontratos e quase 2,8 milhões com “serviços diversos” que não especifica.

Finalmente, gostaríamos de salientar a importância de a Maiambiente proceder a uma análise detalhada junto das populações – isto é, com verdadeiro trabalho de terreno – sobre as suas reais necessidades em termos de horários e de frequência das recolhas, já que temos recebido muitos sinais de insatisfação.

Disse.





## DECLARAÇÃO DE VOTO

### Relatório de reajustamento do apuramento da dívida bruta

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, em consonância com a posição manifestada no anterior mandato, não pode aprovar documentos que não tenham sido remetidos atempadamente aos deputados municipais.

Conforme refere o artigo 4.º do Estatuto do Direito de Oposição, as informações devem ser prestadas diretamente e em prazo razoável aos órgãos ou estruturas representativos dos partidos políticos e demais titulares do direito de oposição.

Pela sua natureza técnica, este relatório deveria ser remetido com a antecedência suficiente para permitir, aos titulares do direito de oposição, uma análise esclarecida e um voto consciente.

Tratando-se de um documento que diz respeito a uma parte do mandato anterior, o mesmo deve ser devidamente contextualizado.

Como tal não se sucedeu com este documento, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda votou contra este ponto.

**Grupo Municipal do Bloco de Esquerda**



9.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia – 22 de Dezembro de 2021

**Ponto 1.11. -Aprovação do relatório (...) da área de reabilitação urbana de Ardegães e respectiva estratégia de reabilitação urbana (ORU)**



#### APRECIAÇÃO E DECLARAÇÃO

A CDU apesar de votar a favor a proposta apresentada pelo executivo, não pode deixar de vir aqui afirmar que no relatório, algumas das suas conclusões, só vem confirmar o que temos vindo a denunciar, nomeadamente quanto às reais necessidades habitacionais que se encontram subdimensionadas e que as assimetrias no concelho são avassaladoras.

Estamos convictos que só uma resposta integrada, inclusiva e com a participação da população será capaz de satisfazer as necessidades de uma fatia cada vez maior da população maia.

Disse



22-12-2021

## DECLARAÇÃO DE VOTO

### Relatório de participação pública na delimitação da ARH Ardegães

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, não pode aprovar um documento com esta extensão sem que o mesmo tenha sido remetido atempadamente aos deputados municipais.

Conforme refere o artigo 4.º do Estatuto do Direito de Oposição, as informações devem ser prestadas diretamente e em prazo razoável aos órgãos ou estruturas representativos dos partidos políticos e demais titulares do direito de oposição.

Este relatório de 109 páginas deveria ter sido remetido com a antecedência suficiente para permitir, aos titulares do direito de oposição, uma análise esclarecida e um voto consciente.

Assim, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda votou contra este ponto.

**Grupo Municipal do Bloco de Esquerda**